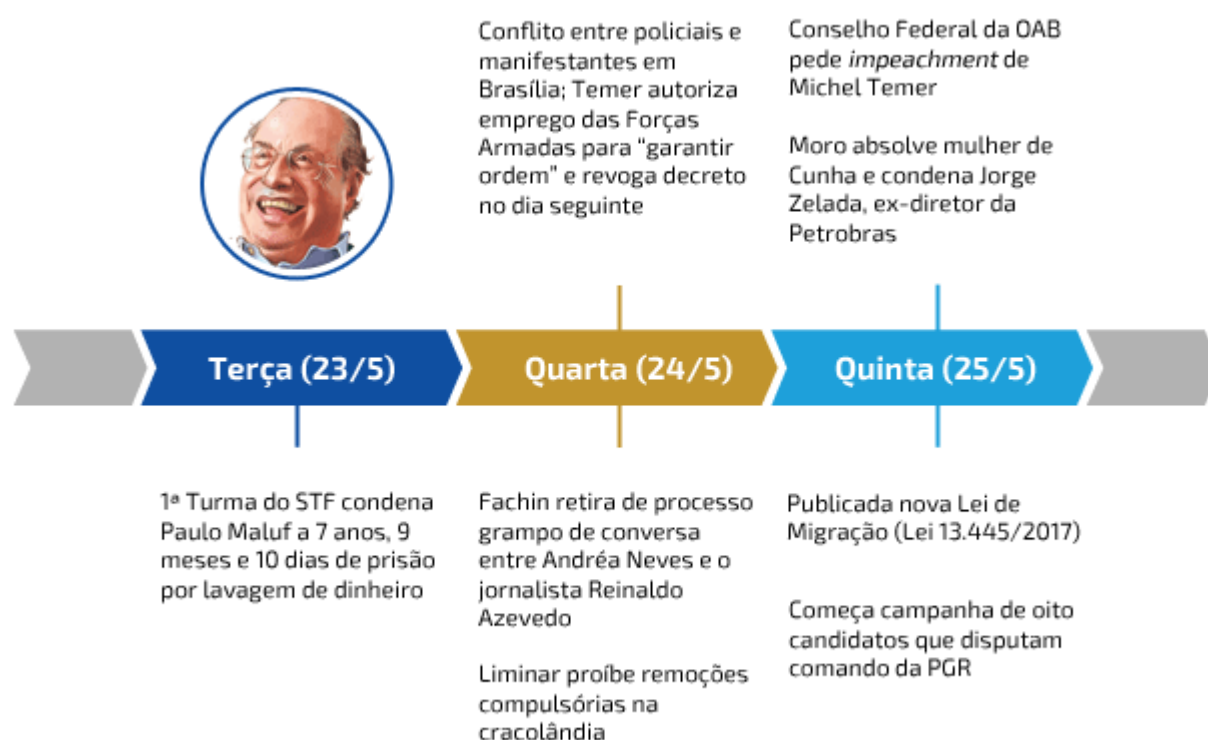


Efeitos de delação da JBS e grampo de jornalista foram destaques

Uma semana depois das turbulentas revelações dos irmãos Joesley e Wesley, do grupo J&F, o foco do país passou às cláusulas da delação premiada que permitem perdão judicial dos empresários, com vida em Nova York, mesmo assumindo que pagaram R\$ 600 milhões para mais de mil pessoas. A **ConJur** [apontou detalhes da negociação e destacou](#) que, como o acordo já foi homologado pelo ministro Luiz Edson Fachin, não há muitas saídas jurídicas para derrubar os termos — a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não aceita questionamento de terceiros.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entende que o debate voltou-se a um “ponto secundário do problema”: “Embora os benefícios possam agora parecer excessivos, a alternativa teria sido muito mais lesiva aos interesses do país, pois jamais saberíamos dos crimes que continuariam a prejudicar os honrados cidadãos brasileiros”, declarou, em [artigo publicado no portal UOL](#).

A conversa que o empresário gravou numa noite de encontro com Michel Temer (PMDB) serviu de base para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil [pedir o impeachment](#) do presidente. Mesmo sem analisar a licitude da gravação, a OAB entende que duas condutas já são indícios de crime de responsabilidade: o chefe do Executivo encontrou-se com Joesley sem previsão na agenda oficial e deixou de denunciar os esquemas ilegais narrados. *Clique [aqui](#) para ler mais sobre o assunto.*



Sigilo de fonte

Outra surpresa da semana foi a revelação de que a operação “lava jato” violou o sigilo de fonte ao [divulgar conversa](#)

entre o jornalista Reinaldo Azevedo e Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). Na ligação telefônica, nada de relevante ao processo é dito; nem a Polícia Federal viu indícios de crimes nas conversas. O caso foi revelado pelo site *BuzzFeed*, e ninguém assumiu o erro: tanto a [Procuradoria-Geral da República](#) como a [PF](#) negaram que tenham anexado o diálogo. Após a enxurrada de críticas, [Fachin retirou](#) as falas dos autos.

DIREITO PENAL

Lavagem permanente

A 1ª Turma do Supremo aplicou tese relevante ao [condenar o deputado federal Paulo Maluf \(PP-SP\)](#) a 7 anos, 9 meses e 10 dias de prisão por lavagem de dinheiro. Os ministros entenderam que, enquanto houver movimentação de recursos, o crime está sendo cometido, de forma permanente, e não pode ser aplicada a prescrição da pena. Venceu o voto do relator, ministro Luiz Edson Fachin.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Convenção manda

O Plenário do STF definiu que as relações entre [consumidores no Brasil e empresas de transporte aéreo internacionais](#), no caso de indenizações por atrasos de voo e extravios ou danos de bagagens, são reguladas pelas convenções internacionais, e não pelo Código de Defesa do Consumidor.



FRASES

O Direito é uma ciência complexa, que exige, dentre outras qualidades, leitura, pesquisa, tirocínio e prudência. O voluntarismo e a ousadia, estimulados por qualquer tipo de embriaguez, cegueira ou puro despreparo, não devem ser a força motriz de atos processuais” — Ministro **Gilmar Mendes**, do STF, na peça em que rebate pedido de Janot para que deixasse de julgar processos de Eike Batista

Nada pode justificar a permanência de uma pessoa na prisão, sem culpa formada, quando configurado excesso irrazoável no tempo de segregação cautelar do acusado, considerada a excepcionalidade da prisão processual, mesmo que se trate de crime hediondo” — Ministro **Celso de Mello**, do STF, ao mandar soltar mulher presa desde 2013 ainda sem julgamento

em primeiro grau



ENTREVISTA DA SEMANA

O advogado **Frederico Favacho**, especialista em Direito do Agronegócio, afirma que a área ainda é carente de profissionais conhecedores de problemas do setor, tributos, meio ambiente e legislação inglesa — terra onde acontecem arbitragens envolvendo contratos.

Em [entrevista à ConJur](#), Favacho defende uma legislação trabalhista do campo, explica a importância da soja e avalia que o agronegócio pode caminhar junto com a preocupação ambiental.

RANKING

**4 milhões**número de visualizações
de página na ConJur**1,1 milhão**número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

O texto mais lido, com 518,6 mil acessos, foi a coluna *Limite Penal*, que

[interpreta o golpe de mestre de Joesley Batista](#) por meio da Teoria dos Jogos. O juiz e professor Alexandre Moraes da Rosa lista seis itens que demonstram como o sócio da JBS deu um xeque-mate para salvar seu grupo empresarial e sua liberdade.

Com 72,6 mil visitas, ficou em segundo lugar no ranking notícia de que o escritório do ministro aposentado Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, [deixou a defesa de Joesley Batista](#). O advogado Evandro Pertence diz que houve “inquestionável quebra da confiança indispensável” entre cliente e defensor. “Fomos surpreendidos com absolutamente tudo o que a imprensa divulgou esta semana”, declarou.

As 10 mais lidas

[Coluna "Limite Penal": Entenda o golpe de mestre de Joesley Batista via Teoria dos Jogos](#)

[Escritório do ministro Sepúlveda Pertence deixa defesa de Joesley](#)

[Opinião – Lenio Streck: Corromperam o país, conseguiram anistia e foram morar em Nova Iorque](#)

[Temer, “idoso”, foi enganado por empresário “esperto”, diz autor de Habeas Corpus](#)

[Para advogados, delação da JBS é ilegal e inconstitucional, mas está blindada](#)

[Gravação de Temer sem autorização do STF testará jurisprudência da corte](#)

[Acordos de delação da “lava jato” são ostensivamente ilegais, diz Canotilho](#)

[Criminalistas fazem homenagem a advogados de Lula e condenam abusos](#)

[Pagamento de mensalidade escolar pode ser descontado de pensão alimentícia](#)

[Divulgação de conversa de jornalista “enche-nos de vergonha”, diz Gilmar Mendes](#)



Manchetes da Semana

[Lei que instituiu não cumulatividade da Cofins é constitucional, diz STF](#)

[Estados e DF devem pagar contribuição previdenciária de agentes políticos](#)

[5ª Turma do STJ decide que “mula” do tráfico não integra organização criminosa](#)

[Lavagem ocorre enquanto houver movimentação de dinheiro, julga STF ao condenar Maluf](#)

[Para advogados, MPF paga qualquer preço por delações premiadas](#)

[Joesley mereceu benefícios por mostrar putrefação da política, diz Janot](#)

[Para advogados, delação da JBS é ilegal e inconstitucional, mas está blindada](#)

[Justiça do Trabalho deve pagar ajuda de custo a juiz removido, afirma CNJ](#)

[Conselho Federal da OAB decide pedir *impeachment* de Michel Temer](#)

[Temer foi gravado por conta própria e sem autorização do Supremo](#)

[Inserir condenação em cadastro de risco comercial não viola presunção de inocência](#)

Date Created

27/05/2017